



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA



EDUARDO JOSÉ BENEDETTI MÜLLER

**A AUDITORIA INTERNA FRENTE À GESTÃO DE RISCO DE
UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO**

PATO BRANCO

2017

EDUARDO JOSÉ BENEDETTI MÜLLER

**A AUDITORIA INTERNA FRENTE À GESTÃO DE RISCO DE
UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Contábil e financeira, Modalidade de Ensino Presencial, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco.

Orientador(a): Profa MSc Luciane Dagostini

PATO BRANCO

2017



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco

Curso de Ciências Contábeis



Especialização em Gestão Contábil e Financeira

TERMO DE APROVAÇÃO

Título do Trabalho de Monografia

A Auditoria Interna Frente à Gestão de Risco de uma Cooperativa de Crédito.

Nome do aluno: **Eduardo José Benedetti Müller**

Esta monografia de especialização foi apresentada às 16 horas e 30 minutos, do dia 20 de abril de 2017, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão Contábil e Financeira, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

(Aprovado, Aprovado com restrições, ou Reprovado).

Prof. Ma. Luciane Dagostini
Orientador

Prof. Dr. Eliandro Schvirck
Avaliador - UTFPR

Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi
Avaliador UTFPR

Dedico este trabalho aos meus pais e amigos
Que sempre acreditaram em mim, e me
Deram força para a conclusão do mesmo.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha orientadora professora Luciane Dagostini, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão contábil e financeira, professores da UTFPR, *Campus Pato Branco*.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“A vida é como andar de bicicleta, para manter o equilíbrio,
temos que nós manter em movimento”.

(ALBERT AINSTEN.)

RESUMO

EDUARDO JOSÉ BENEDETTI MÜLLER. A IMPORTANCIA DA AUDITORIA INTERNA FRENTE À GESTÃO DE RISCO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO. 2017. 59 PÁGINAS. Monografia (Especialização em Gestão Contábil e Financeira). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus* Pato Branco, 2017.

Este trabalho teve como objetivo avaliar os procedimentos da auditoria interna frente à gestão de risco de uma cooperativa de crédito. Através dos objetivos específicos, foram identificados os procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de Crédito ABC, relacionados à auditoria operacional. Também se buscou descrever a aplicabilidade desses procedimentos evidenciando os reflexos do resultado da auditoria interna para a tomada de decisão por parte dos gestores. A metodologia utilizada, teve seu embasamento teórico voltado para a pesquisa de estudo de caso, qualitativa e descritiva, sendo explicados os conceitos que envolvem auditoria interna e externa, normas de auditoria, o detalhamento do controles internos e gestão de risco. No estudo de caso, foram relacionados os procedimentos de auditoria interna com base nos dados de 2016 da Cooperativa ABC. A coleta de dados foi baseada em procedimentos já existentes. Os resultados obtidos mostram a importância da auditoria e seus relatórios frente à gestão de risco da cooperativa, e como ferramenta de gestão. Relata ainda a necessidade de manter os processos bem definidos e o monitoramento feito mensalmente, a fim de propiciar informações mais claras, principalmente pelo fato de ser uma cooperativa. Enumerou também a necessidade de verificação, e capacitação do pessoal envolvido.

Palavras – Chave: Auditoria, Auditoria Interna; Gestão de Risco, Controle Interno.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the internal audit procedure against risk management of a credit cooperative. Through the specific objectives, identified in the Internal Audit procedure in the Credit Cooperative ABC, related to the operational audit. Also used to use the following procedures from the following procedures. The methodology used was based on a qualitative and descriptive case study, with concepts that involve internal and external auditing, auditing standards, or internal controls and risk management. In the case study, related to internal audit procedures based on the 2016 Cooperativa ABC data. The collection of data for the company in question. The results show an evaluation of the audit and its performance against the risk management of the cooperative, and as a management tool. It also reports the need to keep processes well defined and monitored monthly in order to provide clearer information, mainly because it is a cooperative. He also enumerated the need for selection, and the training of the personnel involved.

LISTA DE ABREVIações

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade

IOF – Imposto sobre operações financeiras

PEP – Planejamento Estratégico Participativo

PPR - Participação Parcial nos Resultados

SCORE - Risco de crédito

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Operações de crédito liberadas.....	46
Tabela 2. Cartão de autógrafos do tomador e do avalista.....	46
Tabela 3. Comprovante documental para a renda e patrimônio do tomador	47
Tabela 4. Carteira de crédito vencida.....	47
Tabela 5. Contas correntes abertas no período.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 AUDITORIAS E SEUS CONCEITOS	19
2.1.1 – Objetivos e fundamentos da auditoria	21
2.3 – TIPOS DE AUDITORIA	21
2.3.1 Auditoria externa ou independente.....	22
2.3.2 Auditoria interna	23
2.3.2.1 Função estratégica da auditoria interna	24
2.4 - CONTROLES INTERNOS	25
2.4.1 – A importância dos controles internos.....	26
2.5 GESTÃO DE RISCO	26
2.5.1 Riscos Financeiros	27
2.5.2 Riscos Operacionais.....	28
2.6 ESTUDOS ANTERIORES.....	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	35
3.1 LOCAL DA PESQUISA	36
3.2 TIPO DE PESQUISA OU TÉCNICAS DE PESQUISA	36
3.3 COLETA DOS DADOS.....	38
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
4.1 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA NA COOPERATIVA DE CRÉDITO	41
4.1.1 Equipe de Auditoria	41

4.1.2 Características de Auditoria	41
4.1.3 Características do relatório de Auditoria Interna	42
4.1.4 Papéis de trabalho da Auditoria Interna	44
4.2 Aplicabilidades dos procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito	45
4.2.1 Planejamento de Auditoria Interna	45
4.2.2 Seleção das amostragens de Auditoria.....	46
4.2.3 Procedimentos de análise	48
4.3 Reflexos do resultado do trabalho da Auditoria Interna na tomada de decisões por parte dos gestores	52
4.4 Sínteses dos resultados obtidos.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Constantemente as organizações são desafiadas a apresentar melhorias contínuas em seus processos, tanto em seu ambiente interno quanto externo. Além da necessidade de garantir seus ganhos atingindo objetivos propostos, precisa manter a eficiência dos procedimentos a fim de evitar possíveis fraudes e decisões baseadas em informações incorretas, isso justifica porque as práticas de auditoria devem ser conhecidas por todos os gestores e baseadas nas normas regidas pelos órgãos responsáveis (ATTIE, 2007).

Avaliando o cenário atual, em que as cooperativas de crédito vêm exercendo um papel fundamental na economia do país, percebe-se que as mesmas precisam estar preparadas para enfrentar os novos desafios apresentados pelo mercado, margens de lucratividade baixas, concorrência cada vez maior, mix de produtos diversificados, bem como saber gerenciar os riscos de maneira que estes não venham a prejudicá-las futuramente (SILVA, 2014).

Conforme enfatiza Attie (2007), as empresas com base no melhor aproveitamento de suas potencialidades, buscam sua continuidade através do crescimento constante das atividades e diversificação de seu portfólio de negócios visando assim atingir as metas definidas e obter o retorno esperado. Para isso, é fundamental que a gestão moderna das instituições esteja atenta a novas técnicas que possibilitem melhores resultados em um ambiente tão incerto.

Avaliando as cooperativas, observa-se que as mesmas são instituições financeiras com seu foco direcionado á atender as necessidades dos associados. É preciso salientar que suas principais atividades giram em torno do sistema financeiro nacional, envolvendo a captação e distribuição de valores, diante disso, devem seguir os parâmetros descritos nas normativas do Banco Central, precisam também manter um setor de auditoria interna, com intuito de fornecer informações mais claras aos seus usuários.

Seguindo nessa linha de pensamento, destaca-se que o papel da auditoria passa a ser de grande importância dentro das instituições cooperativas, se utiliza de métodos e técnicas inovadoras de verificação e controle dos procedimentos

desenvolvidos, com propósito de ajustá-los e programar as melhorias necessárias, permitindo informações mais confiáveis para as tomadas de decisões.

Para Linz (2012), a auditoria tem um papel importante. Através dela será feita a conferência, análise e avaliação dos processos, bem como a comunicação dos resultados mediante os objetivos traçados. É responsável também, por fornecer maior controle e segurança em relação aos números apresentados minimizando a ocorrência de erros ou possíveis fraudes que venham a prejudicar a empresa.

Ainda de acordo com o autor, dentro deste contexto, são citados dois tipos de auditoria, a externa ou independente, realizada por um auditor independente, que atua na organização atendendo a fins específicos designados pela administração, seu objetivo principal é aumentar a confiabilidade das demonstrações contábeis, através da emissão de pareceres baseados nas normas brasileiras de contabilidade, durante o período em que ocorre a avaliação. Já a interna é feita por um auditor interno, funcionário da empresa, avalia os procedimentos usados, desempenho, controles internos, qualidade dos serviços e produtos, a fim de torná-los mais eficientes e minimizando os riscos envolvidos.

Este trabalho teve como foco, a avaliação da auditoria interna dentro da cooperativa de crédito, teve embasamento na pesquisa bibliográfica, constituindo-se em uma pesquisa qualitativa, direcionada por um estudo de caso, com ênfase na identificação e avaliação dos procedimentos internos da instituição. Foi possível o acompanhamento da metodologia em relação aos procedimentos internos realizados pela cooperativa, sistema de amostragem, identificação dos papéis de trabalho usados, bem como a avaliação dos procedimentos quanto ao desenvolvimento, se estão corretos ou não.

Nos objetivos específicos, foi relatada a importância dos relatórios de auditoria interna para a tomada de decisão dos gestores, é através deles que são feitas as avaliações da situação em que a organização se encontra tanto no que se refere a questões financeiras, quanto às relacionadas à segurança do patrimônio e dos envolvidos. Buscaram-se também sugestões para melhorias futuras.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A preocupação das empresas perante o cenário econômico leva as mesmas a utilizarem métodos de controle mais enérgicos, sendo a auditoria a ferramenta mais indicada, principalmente em instituições financeiras. Conforme descreve, Cordeiro (2013), a auditoria torna-se uma ferramenta indispensável, deve ser adotada como prática a ser implantada nas organizações, com objetivo de melhoria constante dos processos e maior controle sobre as informações. Defende ainda, que a auditoria precisa deixar de ser vista apenas como uma prática contábil e passar a fazer parte do ambiente de controle da empresa, com vistas a reduzir os riscos envolvidos.

Para Attie (2007), a auditoria interna é o primeiro procedimento a ser implementado, servirá de alicerce para os processos de controle internos bem como para a auditoria externa. Relata ainda que as empresas sabem que padronizar os processos internos, ter acesso à avaliação de desempenho, qualidade na prestação de serviços e produtos, possibilidade de identificar possíveis falhas nas operações e atividades administrativas, ter a certeza de que todas as informações geradas são de confiabilidade, e possam ser usadas nas tomadas de decisões, não são tarefas fáceis. Com isso tem-se o problema a ser estudado: **Qual a importância da auditoria interna frente à gestão de riscos de uma cooperativa de crédito?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos da pesquisa servirão para direcionar o estudo, na visão de Silva (2010, p. 51) “são os fins teóricos e práticos que se propõe a alcançar com a pesquisa”. Devem ser descritos de forma clara e objetiva.

1.2.1 Objetivo Geral

Objetivo geral deste trabalho se remete a demonstrar a importância da Auditoria Interna frente à Gestão de Riscos de uma Cooperativa de Crédito.

1.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Identificar os procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionados à auditoria operacional;
- ✓ Apresentar a aplicabilidade dos procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionados à auditoria operacional;
- ✓ Evidenciar os reflexos do resultado do trabalho da Auditoria Interna na tomada de decisões por parte dos gestores.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho será desenvolvido na Cooperativa de Crédito ABC, neste caso nome simbólico dado à empresa estudada. A Cooperativa ABC iniciou suas atividades em 1994 no Sudoeste do Paraná. Inicialmente com poucos associados, mas o decorrer dos anos esse número aumentou gradativamente, assim, surgiu à necessidade de controles internos mais eficazes, como a auditoria interna, de maneira a estabelecer os parâmetros de trabalho.

Este estudo foi desenvolvido com base nos dados de auditoria interna do ano de 2016.

1.4 JUSTIFICATIVA

A realização deste estudo se torna importante, pois fortalece o papel da auditoria dentro das organizações, demonstra que precisa deixar de ser vista como um setor burocrático da contabilidade, distante dos demais setores, e trabalhar em conjunto com todas as áreas da empresa, precisa ter acesso às informações geradas, para poder estabelecer o monitoramento dos processos baseados nas normas exigidas. Passa a ser fator importante, permite ao acadêmico um maior conhecimento na área, a fim de buscar alternativas e colocá-las em prática.

Sobre o aspecto teórico, a pesquisa visa contribuir através da literatura pesquisada, relatando as definições de auditoria e seus procedimentos, suas principais características e aplicações, salientando ainda a importância desta ferramenta de controle para a gestão de risco da instituição.

Já sob o aspecto empírico, evidenciam-se os procedimentos de auditoria usados internamente pela cooperativa, avaliando-se a importância destes para a gestão de risco. Permite também a avaliação dos procedimentos já existentes na instituição, com propósito de sugestões que possam ser implementadas, para melhorar e agilizar os processos da cooperativa de crédito, a fim de reduzir os riscos. Torna-se ferramenta de auxílio aos gestores no conhecimento dos processos internos e tomada de decisões (CORDEIRO, 2013).

Quanto ao aspecto acadêmico, proporciona o aperfeiçoamento dos conhecimentos na área, bem como a possibilidade de apresentá-los à instituição e como forma de melhoria nos controles. Outro ponto a destacar, é que a carreira de auditor apresenta-se atualmente promissora, para tanto, surge à necessidade de uma boa bagagem de conhecimento, o que pode ser agregada com a realização deste estudo.

Em relação à abordagem sobre a auditoria interna, os estudos anteriores mostram que as empresas estudadas dão grande importância a auditoria, possuem um setor bem organizado e de acordo com as normas de auditoria exigidas (SANTOS 2006). Em relação à governança corporativa, De Luca et al (2010), esclarece a importância da auditoria para as empresas que fazem parte da bolsa de valores, ela ajuda a aumentar a credibilidade das organizações, no entanto ainda se mostra pouco praticada, sendo necessário o desenvolvimento de mecanismos para fortalecê-la.

Já para Hickmann (2011), Dantas (2012), Silva (2014), em seus estudos reforçaram a importância de manter o setor de auditoria em cooperativas, com procedimentos bem definidos, que tornam o negócio mais seguro, protegendo os interesses econômicos. Justificam também as práticas de modelos inovadores, para o gerenciamento das informações, tornando-as mais transparentes e sólidas, o que as possibilita serem usadas como ferramenta de gestão.

Sobre a gestão de risco, Goulart (2003) em suas pesquisas mostra os indicadores de evolução no controle dos riscos de mercado, no entanto, ressalta para falhas de transparências no sistema, ao se comparar com práticas de

divulgação das instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. Camargo (2010) em seus estudos deixa claro que objetivo final deve ser a maximização do resultado econômico, devem-se elencar mecanismos para o alcance desta meta.

O estudo de Fernandes et al. (2010) ao analisar os maiores bancos nacionais, relata que as instituições estão adiantadas no processo de gerenciamento de riscos operacionais e seguem o Novo Acordo de Basileia II. Coimbra (2011), Godoy et al. (2011), reforçam a importância da adequação às melhorias de gestão de risco na implementação da Resolução CMN nº 3.380/06, relatam que as instituições pesquisadas atendem aos requisitos solicitados e são mais conservadoras em relação às suas provisões de reservas de capital.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta parte do estudo descreverá a fundamentação teórica que trás a relação de assuntos estudados relacionados à temática abordada. Está dividido em capítulos e subcapítulos. Iniciando com os conceitos de auditoria, explicando a diferença entre auditoria interna e externa. Faz menção também aos controles internos e a gestão de riscos.

2.1 AUDITORIAS E SEUS CONCEITOS

Com o crescimento da diversidade de atividades desenvolvidas pelas organizações, bem como a possibilidade de expandir suas atividades para vários lugares, surge a necessidade de parâmetros que possibilitem um maior controle das atividades, dando espaço à auditoria (ATTIE, 2007, p. 03). Ainda de acordo com as afirmações do autor, a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado laudo.

A atividade de auditoria se remete a função de controlar áreas-chaves nas empresas, precisa ser desenvolvidas por pessoas que conheçam os processos, com intuito de diagnosticar situações sujeitas á fraudes, desfalques e prejuízos. Podem ser realizadas por meio de testes regulares e controles específicos, estes devem ser desenvolvidos de acordo com a necessidade de cada empresa com o objetivo de proteger seus ativos (CORDEIRO, 2013, p. 05).

Outra linha de pensamento se refere à auditoria como ferramenta de apoio da administração para a verificação das exigências pré-estabelecidas, seja de uma organização ou um sistema. Avaliam-se as conformidades de todos os princípios e normas contábeis registradas que possam refletir diretamente na situação econômico-financeira do patrimônio da organização, buscando manter um equilíbrio. (CORDEIRO, 2013, p. 05).

A definição segundo Crepaldi (2013, p. 03) vai de encontro ao pensamento de Cordeiro (2013), retrata auditoria, como sendo o levantamento ou estudo das transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras já estabelecidas

pela organização, cujo objetivo é a emissão do parecer baseado nos princípios exigentes.

Para Crepaldi (2013, p. 04) “a auditoria contábil é aplicada em companhias abertas, sociedade e empresas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários, art.26 da Lei nº6.385/76”. Essas empresas por sua vez são auditadas por auditores externos ou independentes, que não possuem nenhum vínculo com a empresa.

Em relação à importância da veracidade nas informações Crepaldi (2013) ressalta que embora a auditoria avalie os registros referentes às transações ocorridas, é necessário estar atento a possíveis manipulações de informações com interesses divergentes:

A base fundamental da auditoria está ligada diretamente à contabilidade, que, embora exerça o principal papel da empresa, no sentido de registrar e informar os reflexos das transações nos aspectos econômico-financeiros, muitas vezes é manipulada, por interesse estranho ao objetivo maior da empresa, visando a vantagens ilícitas ou malversação de recursos como empréstimos, aprovação cadastral, financiamentos. (CREPALDI, 2013, p. 07)

Sobre os procedimentos, Attie (2007, p. 07), comenta que a auditoria deve seguir as normas impostas, deve manter-se íntegra e objetiva, emitindo os pareceres independentes e sem ligação com os setores, evitando que ocorram distorções nas informações. Ainda de acordo com o autor, o profissional auditor deve ser uma pessoa de um alto grau de equilíbrio e probabilidade, deve ter ciência de que sua função e ações irão influenciar outras pessoas de modo direto.

Em relação à emissão de relatórios e pareceres, deve-se ter ciência de que esse tipo de informação precisa se reportar em forma e detalhamento, às exigências e necessidades específicas de cada organização e dos itens examinados, disso depende o sucesso e a efetividade da atividade de auditoria. Fatores como acesso irrestrito, periodicidades dos exames, reportes oportunos e correções apropriadas das inconsistências encontradas, são de extrema importância, desde que sejam relatadas aos responsáveis e tomadas às devidas medidas. (ATTIE, 2007, p. 07).

2.1.1 – Objetivos e fundamentos da auditoria

A busca pelo tipo de auditoria a ser praticado varia de acordo com os interesses do contratante. Para Cordeiro (2013, p. 06) “Há objetivos distintos dependendo do interesse da pessoa que contrata uma auditoria. Todavia, todos buscam nos trabalhos do auditor algo extremamente importante, que é a confiança”. Sempre se espera que o trabalho do auditor seja de extrema confiabilidade, expressando opinião qualificada, para que a administração e demais usuários possam utilizar-se deste como base para o processo de tomada de decisões.

O principal objetivo da auditoria se refere ao “processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparadas pela companhia auditada”. (CREPALDI, 2013, p. 04). Ainda seguindo nessa linha de pensamento do autor, é preciso reunir um conjunto de elementos que permitam controlar o patrimônio, envolvendo documentos e registros que são utilizados para comprovar a clareza das informações, e na defesa dos interesses.

Em relação ao objeto da auditoria Crepaldi (2013) deixa claro que:

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. (CREPALDI, 2013, p. 05)

Para ele, além dos fatos registrados, é importante dar importância aos não registrados, mas relatados pelos indivíduos que trabalham nas funções ligadas ao patrimônio administrado, desde que sejam informações seguras. Deve também buscar informações junto a fontes externas que possuem ligação com a organização.

2.3 – TIPOS DE AUDITORIA

A auditoria é um segmento amplo, com áreas específicas, cada uma delas direciona seus processos a fim de atingir os objetivos finais. No entanto sua principal divisão está em auditoria externa e interna. (ATTIE, 2007).

2.3.1 Auditoria externa ou independente

Em relação à auditoria externa, deve ser praticada por pessoas sem vínculo com a organização, cuja relação é estabelecida por meio de um contrato de prestação de serviço entre a empresa e a contratada, é representada pelos auditores independentes, os quais serão responsáveis por emitir o parecer sobre as demonstrações contábeis, avaliando se as mesmas seguem as normas exigidas e se as informações apresentadas estão corretas (CORDEIRO, 2013, p. 08).

Conforme descreve Crepaldi (2013, p. 08 – 09) um fator relevante na questão da auditoria externa, é que ela é regida por normas específicas, também, deve-se seguir o código de ética, principalmente no que rege a questão da confidencialidade, mesmo após o término dos trabalhos. Além disso, a responsabilidade do auditor atinge também a possibilidade deste responder com os bens pessoais em se tratando de pareceres errôneos.

Para Crepaldi (2013, p. 74) conceitua auditoria externa como “o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira”. Dessa forma, esses profissionais tem a responsabilidade de avaliar as demonstrações contábeis e relatar se as informações apresentadas realmente são corretas, sem qualquer tipo de intervenção ou interesse.

Crepaldi (2013, p. 155) defende também que a auditoria independente tem um papel importante na sociedade, deve assegurar a credibilidade das informações, fortalecendo as relações entre as organizações e seus públicos. Para isso os auditores devem estar sempre na busca de conhecimentos e especializações, a fim de garantir que as avaliações feitas estejam de acordo com as normas exigidas por seus órgãos reguladores.

Os profissionais de auditoria externa devem estar capacitados a exercer a função, independente de ser pessoa física ou jurídica, devem estar devidamente registrados no CVM, assim como deve seguir a normas éticas estabelecidas pelo CFC. (LINS, 2012, p. 17-19).

2.3.2 Auditoria interna

A auditoria interna ganhou espaço frente à auditoria externa, pois em geral trabalha para verificar a veracidade das informações que serão apresentadas a externa. Sua principal diferença consiste em ser desempenhada por uma pessoa interna a organização, porém deverá seguir os princípios e normas existentes, deverá avaliar as práticas usadas em relação às expectativas da administração. (CORDEIRO, 2013, p. 08).

Ainda de acordo com Cordeiro:

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro de uma organização para revisar as operações contábeis, financeiras e outras. Com a finalidade de prestar serviço à administração, é um controle administrativo cuja função é medir e avaliar a eficiência dos outros controles. (CORDEIRO, 2013, p. 09).

A auditoria interna possui a função de prestar serviços à administração da empresa, deve analisar o desempenho das atividades e relatar deficiências existentes, de maneira a evitar possíveis fraudes, poderá ainda sugerir medidas de precaução a serem tomadas. No entanto, apesar do termo interna isso não a torna uma tarefa simples, dependerá de profissionais qualificados, com conhecimento adequado sobre a área e as rotinas a serem avaliadas. (CORDEIRO, 2013, p.9).

A opinião de Attie (2007, p. 07) sobre auditoria interna também se remete a ideia de ser uma função responsável por examinar e avaliar as atividades, complementa que, precisa auxiliar os administradores nas avaliações, informações e possíveis recomendações acerca das atividades desempenhadas.

Outra definição de auditoria interna é relatada por Crepaldi (2013, p. 65) “Constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”. É responsável por avaliar todos os processos e relatar as inconformidades existentes, com intuito de assegurar o bom funcionamento dos departamentos, garantir os resultados esperados e a veracidade dos processos quando da avaliação da auditoria externa.

A auditoria interna deve ter contato direto com a direção da organização para que tenha uma representatividade maior, sendo que o objetivo principal da função é

prevenir situações de erros ou possíveis fraudes, envolvendo todas as áreas da entidade, com objetivo de organizar os departamentos e não apenas fiscalizar (CREPALDI, 2013, p.80).

Em relação às normas de auditoria interna, como explica Olivera et al. (2008, p. 43), “ foram regulamentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em 24 de março de 1995, pela Resolução CFC n. 780 que aprovou a NBC T 12 – Normas de Auditoria Interna”. Onde descreve os procedimentos a serem seguidos para a elaboração dos trabalhos, envolve a descrição do planejamento, aplicação dos procedimentos, documentação necessária e processamento eletrônicos dos dados.

Conforme descreve a NBC T 12:

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios. (NBC T 12, 2003).

Ainda de acordo com Oliveira et al. (2008, p. 43-45) explica que em relação ao planejamento, será necessário avaliar todos os documentos que farão parte da auditoria, a fim de mensurar a complexidade do trabalho e a confiabilidade das informações fornecidas. A aplicação dos procedimentos deverá ser direcionada a processos que lhe assegurem o retorno necessário, devem ser supervisionados para uma maior segurança e confiabilidade.

2.3.2.1 Função estratégica da auditoria interna

Para Crepaldi (2013, p. 83) em um cenário atual de constantes mudanças “O enfoque tradicional de avaliação dos controles internos não é suficiente para atender às novas exigências das empresas que estão inseridas num mercado altamente competitivo e em constante transição”, por isso cada vez mais precisam ser incorporadas novas habilidades á função de auditoria, como o desenvolvimento de estratégias a fim de minimizar os riscos e proporcionar o aumento da lucratividade.

Uma constante valorização da função de auditoria remete a proposição de fatores que envolvem otimização de resultados, redução de custos, maior controle dos processos, informações mais elaboradas aos gestores para a tomada de

decisão, dessa forma, torna-se evidente a agregação de valor. (CREPALDI, 2013, p. 84).

2.4 - CONTROLES INTERNOS

O controle interno se refere aos procedimentos adotados para a realização das tarefas de maneira correta e satisfatória, buscando determinado grau de eficiência profissional e confiabilidade nas informações. Assim Attie explica:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração. (ATTIE, 2007, p. 183).

É de grande importância que os controles internos sejam bem elaborados, deve-se estabelecer um planejamento que descreverá o plano de organização, procedimentos de escrituração adequados, observação das práticas em relação ao cumprimento das exigências, e a utilização de pessoal com qualificação técnica e profissional adequada, conforme relata Attie (2007).

O sistema de controle interno deve estar relacionado a todas as áreas dentro da organização, deve ser capaz de garantir que uma despesa não seja registrada duas vezes, ou então que a mesma nota fiscal não seja subfaturada, assim, precisa contar com informações coerentes ao que ocorre. O auditor interno deverá constantemente avaliar o andamento das rotinas, para ter certeza de que os processos estão sendo desenvolvidos corretamente, sempre prestando atenção a pontos onde podem ocorrer possíveis falhas. (CREPALDI, 2013, p 787-788).

Outro papel do controle interno é a segregação das tarefas operacionais, como autorização, aprovação e elaboração de relatórios contábeis, ligadas às operações e controles físicos destes, reportando-se a “proteção do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis”. (CORDEIRO, 2013, p 68).

2.4.1 – A importância dos controles internos

A confiabilidade do controle interno nas organizações modernas interliga todas as áreas. O auditor interno precisa ter ciência de que as informações geradas servirão para a administração basear suas decisões, tanto no que tange as questões de processos internos, quanto na relação de alcance das metas e evitar desperdícios, baixando o custo operacional, o que se torna revertido em lucro. (CORDEIRO, 2013, p. 69).

De acordo com o relato de Cordeiro (2013, p. 71) “Os objetivos do controle interno são, entre outros, assegurar que as várias fases do processo decisório, o fluxo de informações, a implementação das decisões se revistam de confiabilidade.” Para que isso ocorra é necessário que os controles sejam direcionados ao alcance dos objetivos desejados.

Para Attie (2007, p. 206), “A determinação dos ciclos operacionais ou áreas de maior interesse para a auditoria baseia-se na relevância e riscos das operações abrangidas e seus consequentes reflexos nas demonstrações financeiras”. Isso significa que as áreas com maior risco devem ser avaliadas com cautela.

Na visão de Hernandez (2010, p. 77):

O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados numa empresa para proteger seus ativos, verificar a exatidão operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Ainda segundo o autor, ele divide os controles internos em dois segmentos, por um lado administrativos, que serão responsáveis pela parte operacional sobre os processos da empresa, bem como informações e documentações. O outro são os controles contábeis, responsáveis pela parte do registro das informações geradas.

2.5 GESTÃO DE RISCO

O ser humano está propício a riscos desde seu nascimento. Cada circunstância define o grau de risco, se maior ou menor. Quando avaliado em relações profissionais, sempre se almeja por resultados financeiros positivos. Diante disso, o mercado financeiro se vê pressionado a criar mecanismos de controle e

avaliação desses riscos. “Risco pode ser conceituado como a possibilidade de um evento, que nos afete negativamente, acontecer. (BRITO, 2010, p. 3).

Para Silva (2014, p. 28), as instituições bancárias têm como atividade básica a captação e empréstimo dos recursos financeiros. A partir daí desenvolvem um mix de produtos e serviços, que precisam ser modelados e direcionados a uma gestão de riscos eficiente, que venha de encontro às necessidades da organização, a fim de minimizar possíveis perdas.

De acordo com os conhecimentos de Coimbra (2007, p.35):

Gestão de risco é um processo organizacional que pode ser separados em 5 atividades gerais: Identificar riscos e determinar tolerâncias; mensurar os riscos; monitorar e reportar os riscos; controlar os riscos; supervisionar, auditar ajustar e realinhar o processo de gestão de risco. Na sua visão, algumas firmas estruturam esse processo de modo mais formalizado e centralizado do que outras, contudo todas as firmas gerenciam riscos de acordo com essas cinco etapas, embora algumas não percebam.

A avaliação e mensuração do risco têm suas partes voltadas a identificar os cenários com possibilidades de ocorrer perdas, mensurando suas causas e o tamanho potencial da mesma. Ressalta sempre a avaliação de probabilidades e leva em conta cenários ocorridos anteriormente. (COIMBRA, 2007, p. 36)

A estrutura organizacional do risco é estabelecida mediante o princípio que cada indivíduo é responsável por determinada tarefa, assim, são ordenados em setores, departamento ou divisões, a estrutura respeita um organograma onde são detalhados os níveis hierárquicos. (COIMBRA, 2007, p. 49)

Silva (2014) salienta que os riscos inerentes à atividade bancária podem ser divididos em riscos financeiros e operacionais.

2.5.1 Riscos Financeiros

Conforme relata Silva (2014), os riscos financeiros, se relacionam diretamente com as operações, e suas respectivas probabilidades de inadimplência a respeito movimentações financeiras e também em relação ao volume de capital envolvido.

Uma definição mais elaborada, conforme Coimbra (2007, p. 28) explica que “os riscos financeiros relacionam-se com possíveis perdas nos mercados financeiros, podendo ser divididos em riscos de crédito, liquidez, taxa de juros e mercado”.

Coimbra (2007, p. 28) explica brevemente que:

- **Risco de crédito:** se refere á possibilidade do não recebimento de empréstimos e afins, ou seja, caso o cliente não cumpra com suas obrigações dentro do prazo estipulado, isso pode comprometer a saúde financeira da instituição.
- **Risco de liquidez:** relaciona-se ao risco de perda, está ligada também à capacidade de solvência da instituição, sua posição no mercado de atuação, garantindo a captação de novos recursos e a oferta de empréstimos a taxas acessíveis.
- **Riscos de mercado e das taxas de juros:** as instituições financeiras estão expostas às variações do mercado, às oscilações nos preços e variações cambiais.

2.5.2 Riscos Operacionais

Os riscos operacionais podem ser identificados em todas as áreas de negócios. Conforme relata Coimbra (2007, p. 30) cada organização deve estabelecer seus parâmetros de controles, para minimizar a ocorrência de riscos operacionais principalmente em negociações, onde as perdas podem ser consideráveis e acontece muitas vezes em virtude de falhas nos processos internos.

A definição de risco operacional segundo Silva (2014, p. 38) justifica que este risco ocorre devido às falhas realizadas por pessoas ou sistemas, por isso defende a importância do monitoramento sistemático.

De acordo com o Art. 2º da Resolução 3380/06, do BACEN, descreve-se risco operacional como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Dentro desse contexto, enumera os seguintes eventos como riscos operacionais:

- I - fraudes internas;
- II - fraudes externas;
- III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- VI - aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- VII - falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- VIII - falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Ainda segundo o Banco Central do Brasil, os riscos operacionais devem ser gerenciados através de controles internos feitos pelas instituições, precisam estabelecer de que forma serão avaliados e monitorados os processos, armazenamento de documentos e relatórios periódicos que demonstram as ocorrências. É necessário gerenciar as informações de maneira estratégica, estabelecendo responsabilidades aos envolvidos, visando à possibilidade de corrigir deficiências apresentadas pelos controles.

Para Coimbra (2007, p. 33-34), o Comitê da Basileia, enumera os seguintes fatores como riscos operacionais: fraudes internas, Práticas empregatícias e segurança do local de trabalho, práticas ligadas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos, interrupção das atividades da instituição e falhas em sistemas da informação, execução, cumprimento de prazos e gestão dos processos da instituição. Ressalta ainda que cada um desses fatores precisa ser avaliado individualmente, para que se consiga reduzir a probabilidade de falhas.

2.6 ESTUDOS ANTERIORES

Nesta parte do estudo estão relacionados, os estudos publicados anteriormente sobre auditoria interna e gestão de riscos. Abaixo se apresenta o resultado da pesquisa:

Quadro 1 – Estudos anteriores relacionados à auditoria interna:

Santos, 2006	Objetivos: apresentar o processo de auditoria interna numa instituição financeira.
	Amostra: uma instituição financeira que atua em Florianópolis-SC.
	Variáveis: teorias e os conceitos de auditoria interna, descrição do processo de gestão de auditoria interna, através do levantamento dos dados e da descrição do processo.
	Resultados: concluiu-se que o processo de Auditoria interna da instituição financeira pesquisada é bem definido e planejado, está de acordo com as normas regulatórias.
De Luca et al (2010)	Objetivos: identificar os mecanismos de auditoria que são divulgados pelas empresas listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa 1 e 2 e no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).
	Amostra: pesquisadas 162 empresas com ações negociáveis na Bovespa no ano de 2007.

	<p>Variáveis: mecanismos de auditoria, neste estudo compostos por comitê de auditoria, a auditoria interna e a auditoria externa.</p> <p>Resultados: relatou a importância da auditoria frente à governança corporativa, visto que ajuda a aumentar a credibilidade da instituição perante os seus stakeholders e shareholders. Evidencia que essa prática ainda se mostra iniciante nas empresas, e é preciso desenvolver mecanismos a fim de fortalecê-la.</p>
Hickmann (2011)	<p>Objetivos: analisar a legislação aplicável às instituições financeiras no que tange controles internos e auditoria interna.</p> <p>Amostra: normas e controles utilizados na auditoria interna.</p> <p>Variáveis: identificação dos riscos que envolvem o negócio, atividades de controles e segregação das funções, controle interno de informações e comunicação, atividades de monitoramento e correção de deficiências.</p> <p>Resultados: evidenciaram a importância de se manter um setor de controles internos e auditoria interna, do respeito aos procedimentos que tornam o negócio bancário mais seguro, e visa proteger os interesses econômicos na manutenção das instituições financeiras vivas e fortes.</p>
Dantas (2012)	<p>Objetivos: identificar os fatores determinantes da qualidade dos trabalhos dos auditores independentes nas instituições bancárias brasileiras.</p> <p>Amostra: bancos múltiplos, bancos comerciais e caixas econômicas em atuação no sistema financeiro nacional, considerando o período de 2001 a 2010.</p> <p>Variáveis: qualidade da auditoria, identificação da prática do gerenciamento, desenvolvimento de modelos para a identificação da prática do gerenciamento de resultados.</p> <p>Resultados: foram identificados elementos que ajudam a compreender como se desenvolve o processo de auditoria no âmbito do sistema financeiro nacional, desenvolvimento e validação de modelos inovadores para identificação da prática do gerenciamento de resultados em bancos, discussão sobre o papel que os auditores independentes podem desempenhar para um ambiente de transparência e solidez do sistema financeiro.</p>
Silva (2014)	<p>Objetivos: demonstrar a contribuição da auditoria interna no processo de gestão das cooperativas de crédito Unicred.</p> <p>Amostra: gestores de 13 cooperativas da Unicred-Rs.</p> <p>Variáveis: caracterização do processo de gestão, avaliação dos processos de auditoria, mensuração da importância do processo de auditoria para as cooperativas.</p> <p>Resultados: relatam a importância da auditoria e seus relatórios como ferramenta de gestão, ressaltando que ainda ocorre pouca utilização.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Para Santos (2006) o processo de auditoria é muito importante dentro das instituições financeiras, ele representa a prevenção dos riscos que a mesma corre

perante a instabilidade do mercado e dos fatores operacionais. Em sua pesquisa pode concluir que os processos da empresa avaliada são bem definidos, e se reportam às exigências do comitê de auditoria, dessa forma tornam-se confiáveis.

Já Luca et al. (2010) vincula os mecanismos de auditoria à importância da gestão corporativa, relata sua importância para as empresas que fazem parte da Bolsa de Valores, mostrando que, embora ainda não seja uma prática bem elaborada, a auditoria tem um papel importante para confiabilidade das informações apresentadas.

Hickmann (2011), em sua pesquisa sobre identificação dos riscos e controles relacionados à auditoria, bem como sistemas de monitoramento e correção de possíveis erros, deixa claro que é importante manter um setor bem aprimorado, contanto com mecanismos de controle e avaliação contínua, pois visa proteger as instituições financeiras.

Por outro lado em uma pesquisa mais específica, em que se dispõe a trabalhar com os fatores determinantes da qualidade dos trabalhos dos auditores independentes nas instituições bancárias brasileiras, avalia-se as instituições financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional em determinado período, Dantas (2012) explica em sua conclusão ter identificado elementos que ajudam a compreender como se desenvolve o processo de auditoria no âmbito do sistema financeiro nacional, também observa a utilização de determinados modelos inovadores para identificação da prática do gerenciamento de resultados em bancos. Ressalta também que o papel que os auditores independentes é de extrema importância, representa um ambiente de transparência e solidez do sistema financeiro.

Nessa mesma linha de pensamento em relação à transparência, Silva (2014) demonstra a contribuição da auditoria interna nas instituições, avalia os processos e relatórios de auditoria e reforça a afirmação que, embora estes sejam de grande importância, ainda são pouco utilizados pelas instituições.

Para complementar o estudo, abaixo se descrevem, os estudos anteriores relacionados à gestão de risco, conforme apresentação do quadro 2:

Quadro 2 – Estudos anteriores relacionados à gestão de risco:

Goulart (2003)	Objetivos: verificar e analisar o grau de evidenciação por parte das instituições financeiras atuantes no Brasil quanto às questões relativas ao risco de mercado.
	Amostra: análise dos relatórios anuais de 1997 a 2002 de bancos atuantes no Brasil.
	Variáveis: recomendações e evidenciação do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, informações sobre práticas de divulgação de instituições financeiras no mercado internacional.
	Resultados: concluiu-se que a evidenciação bancária, mostra indicadores de evolução na área de risco de mercado, mas apresenta falhas de transparência se comparado às práticas de divulgação das instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. Identificou-se também a necessidade de melhoria no nível de disclosure bancário brasileiro, requer o desenvolvimento de todo o conjunto de precondições legais institucionais e culturais relevantes para o amadurecimento do mercado de capitais.
Camargo (2010)	Objetivos: analisar os principais instrumentos da gestão que podem ser utilizados pelas instituições financeiras com objetivo de minimizar riscos existentes na área bancária.
	Amostra: instituições financeiras brasileiras.
	Variáveis: avaliação dos principais instrumentos de gestão de riscos do mercado de crédito e operacional das instituições financeiras.
	Resultados: foi identificado que todo tipo de gerenciamento de risco deve ter como objetivo final a maximização do resultado econômico, sendo necessários investimentos iniciais em banco de dados, equipamentos e pessoal qualificado, gerando uma instituição mais segura, conhecedora das vantagens em termos de retornos e riscos. Além disso, trabalhar com cenários futuros, reforçar a conscientização e o apoio da diretoria para que a gestão de risco faça parte da cultura e da política organizacional.
Fernandes et al. (2010)	Objetivos: verificar como estão os processos de gerenciamento de riscos operacionais nos dez maiores bancos brasileiros por ativo total.
	Amostra: relatórios disponibilizados nos sítios de cada uma das 10 instituições selecionadas.
	Variáveis: estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, política de gerenciamento, publicação de relatórios de divulgação, referentes à gestão de riscos operacionais, e investimentos no treinamento contínuo dos funcionários.
	Resultados: a conclusão apresentada mostra que o Banco do Brasil, Banco Real, Itaú, Bradesco e Santander são as instituições financeiras mais adiantadas no processo de gerenciamento de riscos operacionais conforme Novo Acordo de Basileia II. Destes destaca-se o Banco Santander por atender todos os itens de gerenciamento dos riscos operacionais analisados.
Coimbra (2011)	Objetivos: investigar as atividades fundamentais, órgãos da estrutura da governança corporativa no que se refere à gestão de risco.
	Amostra: conselhos de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, comitê de risco, comitê de remuneração e outros comitês.

	Variáveis: estrutura da governança corporativa, atividades que regem a gestão de risco.
	Resultados: concluiu-se a necessidade de se reforçar o processo de gerenciamento de risco.
Godoy et al. (2011)	Objetivos: apresentar de forma descritiva, como a instituição financeira pesquisada se adequou às melhores práticas de gestão de risco na implementação dos mecanismos definidos pela Resolução CMN nº 3.380/06.
	Amostra: uma instituição financeira brasileira.
	Variáveis: gestão de riscos, adequação à Resolução 3380/06.
	Resultados: apontam que o banco pesquisado atende aos requisitos da referida Resolução, sendo mais conservador em relação às suas reservas de capital e a outros itens.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Fazendo relação à gestão de risco, Goulart (2003) avalia o grau de importância da mesma nas instituições financeiras, através da análise dos relatórios apresentados por empresas participantes do Sistema Financeiro Nacional, deixa claro que embora esta área tenha evoluído bastante, ainda apresenta falhas na apresentação dos relatórios, principalmente na questão de transparência.

Os achados de Camargo (2010) deixam claro que para desenvolver sistemas de gestão eficientes, a instituição precisa dispor de investimentos em banco de dados, equipamentos e pessoal qualificado para desempenhar as funções, deve projetar cenários que possam vir a ocorrer, ter ciência e apoio e todos os departamentos. Deve tornar a gerência de riscos parte da política e cultura da empresa, para que a mesma consiga a maximização os resultados.

Quanto aos processos de gerenciamento dos riscos operacionais, Fernandes et al. (2010) em sua pesquisa às instituições brasileiras, avalia toda a estrutura de gerenciamento de risco operacional, desde relatórios até a disponibilidade de investimentos, e relata que todas as instituições estão buscando aperfeiçoamento em relação a gestão de risco, principalmente no que se reporta ao Novo Acordo da Basiléia II. Destaca que entre as instituições avaliadas, estão Banco do Brasil, Real, Itaú, Bradesco, Santander, caracterizam-se como mais evoluídos quando comparados às exigências do Novo Acordo da Basiléia II.

Coimbra (2011) em sua investigação aos órgãos como conselhos de administração, conselho fiscal, comitês de auditoria, comitê de riscos, relata as atividades que regem a estrutura da governança corporativa, e às remete a

necessidade de aperfeiçoamento para reforço do processo de gerenciamento de risco, para maior confiabilidade.

Em um estudo mais direcionado, Godoy et al (2011) avalia uma instituição descrevendo suas práticas de gestão de riscos direcionada à Resolução 3380/06, e aponta que a organização atende aos requisitos exigidos, sendo ainda mais conservador em relação às suas reservas de capital.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos formam um conjunto importante dentro do estudo, nele serão descritos os métodos a serem utilizados para a obtenção dos objetivos propostos.

Roesch (1999) relata que a metodologia é a parte responsável por descrever de que forma o estudo será elaborado. Menciona ainda que é importante desde a elaboração dos objetivos do projeto, até a definição dos tipos de métodos que serão necessários aplicar, para que se obtenha o resultado esperado.

Na visão de Silva (2010) a fase em que corresponde a pesquisa é preciso muito cuidado ao se definir métodos e técnicas mais apropriados para o desenvolvimento do estudo.

Assim defende Silva (2010):

A metodologia a ser empregada em uma pesquisa deve ser feita desde a formulação do problema, das hipóteses levantadas até a delimitação do universo ou a da amostra. O que se observa é que, no geral, usa-se mais de um método e mais de uma técnica na realização da pesquisa. (SILVA, 2010, p. 53)

O desenvolvimento deste estudo foi realizado em uma instituição financeira de cunho cooperativo localizada na região sudoeste do estado do Paraná, através da descrição dos mecanismos de funcionamento da auditoria interna frente ao risco operacional da organização.

Para tal, foram determinados os procedimentos metodológicos para sua execução, sendo utilizada, pesquisa estudo de caso, com base em dados secundários obtidos de documentações fornecidas pela instituição financeira. Esta pesquisa por sua vez caracteriza-se por qualitativa, pois se remete á análise dos documentos apresentados.

Para que os resultados obtidos fossem satisfatórios, foi necessário o acompanhamento durante o período de um ano de ano, sendo este o ano de 2016.

Para se conseguir identificar os procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionados à auditoria operacional, foi acompanhado o desenvolvimento dos procedimentos de auditoria, desde a definição da amostragem,

planejamento, até a execução e elaboração dos relatórios. Respondendo assim ao primeiro objetivo.

Para responder ao segundo objetivo foram enumeradas e apresentadas todos os procedimentos, explicando-os como funcionam na prática, frisando a questão da conferência de documentos.

Para evidenciar o terceiro objetivo, os reflexos do resultado do trabalho da Auditoria Interna na tomada de decisões por parte dos gestores, constatou-se a importância das informações geradas, principalmente na questão de transparência de informações e da minimização dos riscos incorridos.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

O trabalho apresentado foi realizado na Cooperativa de Crédito ABC, cuja sede está situada no Sudoeste do Paraná, a mesma conta com 287 unidades de atendimento, que concentram suas atividades administrativas em 68 agências distribuídas no sudoeste do Paraná.

O desenvolvimento do mesmo deu-se no período de janeiro a dezembro de 2016, período este em que foram reavaliadas as atividades de auditoria e puderam ser catalogados os materiais e informações fornecidos pela cooperativa, bem como foi feito o acompanhamento dos processos já existentes, os quais foram apenas catalogados. Posteriormente foi realizada a avaliação da documentação e o relatório final, os quais foram desenvolvidos nos meses de fevereiro e março de 2017, com a conclusão do trabalho.

3.2 TIPO DE PESQUISA OU TÉCNICAS DE PESQUISA

Em relação às técnicas de pesquisa selecionadas é necessário ressaltar que elas devem estar de acordo com os objetivos estabelecidos no estudo, para que os resultados possam ser alcançados, como define Silva (2010, p. 55) “a escolha da metodologia oscila de acordo com os objetivos traçados da pesquisa e o problema que se encontra sendo investigado”.

A seleção dos tipos de pesquisa a serem usados contribui para a clareza das informações e para o alcance dos objetivos propostos. É nessa fase que é definido como o estudo será direcionado, conforme descreve Boaventura (2011):

O pesquisador irá definir onde e como será efetuada a investigação, o tipo de pesquisa, o universo abrangente, a população, a amostra, os instrumentos de coleta de dados: questionário, entrevista, formulário, observação, bem assim tabulação, análise e discussão dos dados e resultados. Com o emprego dos instrumentos da metodologia começa a fase executiva e construtiva da pesquisa. (BOAVENTURA, 2011, p. 64)

Para a elaboração do referencial teórico foi utilizado à pesquisa bibliográfica, em consulta a livros, periódicos, artigos, sites, que segundo Roesch (1999, p. 107) “implica seleção, leitura e análise de textos relevantes ao tema do projeto, seguida por um relato por escrito”.

Em relação à caracterização dos objetivos, esta pesquisa se remete ao estudo de caso, com descrição qualitativa, que segundo relata Silva (2010), estudo de caso envolve habilidades do pesquisador, sendo responsável por reunir informações mais específicas do assunto.

Ainda segundo ele, descreve que:

É um estudo que analisa um ou poucos fatos com profundidade. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias e no início de pesquisas mais complexas. O estudo de caso pode ser utilizado para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionário, observações dos fatos, análise documental. (SILVA, 2010, p. 57)

Dessa forma, o estudo de caso é uma das técnicas mais usadas, avalia um ou mais fatos de um único caso, para extrair as informações necessárias. Neste estudo teve sua base durante o acompanhamentos do setor direcionado á pesquisa, onde se obteve acesso aos mecanismos utilizados, observação e avaliação dos componentes dos controles internos praticados da organização.

Quanto aos procedimentos esta pesquisa caracteriza-se como documental, segundo Silva (2010):

A investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados, tais como; registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais, folclore etc. (SILVA, 2010, p. 55)

Comenta ainda que se difere da bibliográfica, pois utiliza materiais que ainda não receberam tratamento, devem passar por análise racional e objetiva, mediante imparcialidade, sendo necessário reconhecer a veracidade do documento fornecido. Neste estudo foram analisados os documentos secundários fornecidos pela organização a fim de avaliar as práticas desenvolvidas.

Em relação à abordagem do problema caracteriza-se como qualitativa, se remete à interpretação das informações coletadas. Como define Raupp (2004. p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno está sendo estudado”. Foram avaliados todos os documentos fornecidos pela instituição em relação aos procedimentos de auditoria interna.

3.3 COLETA DOS DADOS

Para Marcone e Lakatos (2011), é evidente a importância dessa fase do estudo. É nela que será colhido o conjunto de informações que servirão para elaborar os relatos do estudo.

A coleta de dados foi baseada nos procedimentos de coleta já existentes na cooperativa, mediante acompanhamento das funções durante o ano de 2016, e da referida análise dos documentos apresentados pela cooperativa de crédito, tanto no que se refere à auditoria interna quanto pela gestão de risco interno da central em estudo, possibilitando assim um conhecimento da área de atuação de ambos, e também identificando a importância de haver um entrosamento entre os departamentos mencionados.

Visto que a função entre os mesmos é muito semelhante tendo um diferencial em que na auditoria interna as visitas são feitas *in loco* e a área de controles internos os testes efetuados são efetuados por software, onde existe um analista de risco na singular que responderá o mesmo.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

O referido trabalho tem o objetivo de demonstrar o funcionamento da auditoria frente à gestão de risco interno em uma cooperativa de crédito, para isso foram

estruturados procedimentos a fim de responder aos objetivos específicos e chegar ao alcance do objetivo geral, foram analisados de forma qualitativa.

Para identificar os procedimentos de auditoria interna na cooperativa de crédito, os quais se relacionam diretamente com os aspectos operacionais, ou seja, procedimento utilizado diariamente trabalhou-se com a avaliação de questões padrão, definidas internamente, contando com uma equipe de auditoria bem treinada, conhecedora dos processos a serem avaliados.

Utilizou-se o papel de trabalho desenvolvido especificamente para a cooperativa, nele constam todas as avaliações a serem feitas, baseadas em normativas e critérios específicos.

A aplicabilidade dos procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionados auditoria operacional trabalha em conjunto com a gestão de risco, esta visa avaliar através de singulares do sistema, os fatores importantes para a gestão financeira da central. São efetuados em forma de análise os indicadores onde demonstram a saúde financeira da cooperativa na data base da auditoria, avaliando aspectos como montante de liberação de crédito e suas particularidades, bem como o controle de fatores de inadimplência, volume de liberações versus montante solicitado, valores provisionados, em relação a questão de risco das operações.

Ainda em relação a gestão de risco interno, visa identificar, e monitorar os riscos que podem vir a ocorrer, da central, trabalha da seguinte forma: em relação aos riscos financeiros existe o sistema BPC, onde são criados vários testes em que um analista da central cria o mesmo e emite para as singulares, um único funcionário com acesso a responder, ele é responsável por solicitar e analisar o documento exigido no teste, devendo o mesmo registrar um parecer junto ao teste, constatando se esta conforme ou inconforme. Ainda avalia-se toda a movimentação financeira ocorrida, de maneira a verificar se a documentação apresentada está de acordo com as exigências.

Já em se tratando dos aspectos operacionais, a auditoria busca na gestão de risco operacional avaliar fatores que podem não afetar a singular de imediato, porém podem acarretar danos em longo prazo. Os procedimentos operacionais de auditoria são feitos juntos a gestão de risco via amostragem, confeccionada de acordo com o montante de ativos da singular, avalia questões relacionadas às falhas nos processos, avalia os processos desenvolvidos se estão de acordo com os padrões

estabelecidos e se estão não proporcionam situação de falhas ou possibilidades de fraudes. Também leva em consideração a nota de auditoria com risco atribuído na última inspeção, para tratar com mais rigidez as situações que apresentaram problemas.

Após o término da auditoria, elaboram-se os alertas necessários expedidos diretamente a cada setor, para que regularize as não conformidades a fim de fornecer informações confiáveis.

A aplicabilidade da auditoria interna se remete diretamente a diretoria, é através dos pareceres feito pelo auditor que a empresa avalia sua situação financeira para a tomada de decisão, em relação aos procedimentos a serem alterados, bem como na questão da aplicação de recursos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse tópico serão relacionados os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com os objetivos propostos.

4.1 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA NA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Para atender ao primeiro objetivo específico, que visa identificar os procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionados auditoria operacional, são descritas as etapas a seguir.

4.1.1 Equipe de Auditoria

A equipe de auditoria interna da central da cooperativa de crédito é formada por uma equipe nove pessoas, destas, seis são auditores internos, um é o coordenador da área deve liderar e coordenar a equipe, um auditor de campo responsável por fazer a análise sobre aplicação do recurso de todos os créditos de recursos oficiais repassados pelo BNDES e BRDE, um auditor de imobilizado seu trabalho é fazer o levantamento de todos os bens da singular (bens de uso), conta também com um assessor, cujas atividades se remetem diretamente à prestação de contas à direção da Central.

4.1.2 Características de Auditoria

A obrigatoriedade da auditoria interna em cooperativas de crédito se faz em virtude da emissão da resolução número 2.554 do Banco Central do Brasil (órgão que regula as instituições financeiras no país), emitida em 24 de setembro de 1998.

Relatou-se que a execução da auditoria pode ser feita de dois modos seja ela *in loco* (presencial), ou de maneira indireta (a distancia) com a documentação enviada via gerenciamento eletrônico de documentos. As auditorias indiretas são praticadas para cooperativas de pequeno porte e que estejam com o risco classificado entre minimizado e aceitável em auditorias anteriores. Em todas são

utilizadas amostragens com base na nota da auditoria anterior e também o porte da singular, que é dividida da seguinte maneira:

- Pequena porte R\$ 0,01 R\$ 32.384.338,00 de ativos.
- médio porte R\$ 32.384.338,01 R\$ 64.768.676,00 de ativos.
- grande porte R\$ 64.768.676,01 R\$ 999.999.999.999,00 de ativos.

Em caso de ser uma cooperativa que venha a solicitar a sua entrada junto ao sistema pertencente a central, ela passará por auditoria de filiação, onde serão analisados todos os aspectos com amostragens superiores as demais, durante um período de acompanhamento. Podendo a central demandar auditoria quando julgar necessário, tendo em vista que a direção da mesma tem a tarefa de formatar um parecer favorável ou não a filiação.

Nos dois formatos, a execução da auditoria respeita o ciclo de três etapas. Sendo elas a pré-auditoria, a inspeção e a finalização, em que são verificados possíveis erros de análise e até mesmo da utilização das regras da língua portuguesa.

Ocorrem também às chamadas auditorias extraordinárias, realizadas em virtude de denúncias ou suspeita de ocorrência de fraudes. Esses casos são tratados pelo órgão máximo do comitê de auditoria, que ao identificar a necessidade da execução da mesma, a coloca como prioridade, o que gera a necessidade de ajustes na agenda dos auditores.

4.1.3 Características do relatório de Auditoria Interna

O relatório de auditoria é elencado de riscos tendo cada questão um valor de risco atribuído, ressaltando que o relatório possui subitens os quais possuem seu peso, gerando ao término uma nota, classificando-as em níveis, sendo eles construídos da seguinte maneira:

- 0 a 24,99 pontos, risco minimizado.
- 25 a 37,49 pontos, risco aceitável.
- 37,50 a 49,99 pontos, risco médio.
- 50 a 100 pontos, risco alto.

O relatório é dividido em duas partes, uma mede os indicadores financeiros da singular. Composto de 18 questões que formam 50% da nota da auditoria envolvem questões como avaliação de liquidez sobre depósitos, índice de inadimplência, retorno sobre patrimônio líquido, crescimento de ativos, dentre outros.

Já a etapa operacional são 42 questões representando os outros 50%, fiscaliza questões como avaliação se todas as operações liberadas passaram pela consulta no Serasa, se possuem comprovante de aplicação do recurso, quando necessário, se foram avaliados corretamente os grupos econômicos. A formação final da nota estabelece que quanto mais erro maior seja a nota.

Para cada uma das questões avaliadas existem 3 opções de respostas para que o auditor responsável avalie, sendo elas conforme (não pontua na questão), parcialmente (pontua 50% do valor da questão), ou inconforme (pontua 100% do valor da questão). Em caso de haver uma reincidência no mesmo erro, sobre a questão há um acréscimo de 0,25%, quer dizer, por exemplo, que se receber avaliação como parcialmente conforme além dos 50% terá mais 0,25%, ou seja, 50,25% do valor da questão.

Todas as questões exigidas na inspeção são contempladas junto aos manuais internos, comunicados e resoluções emitidas pela central e pelo órgão regulamentador da atividade. Ficam disponíveis na intranet utilizada pela central, e com acesso para todos os colaboradores e conselheiros do sistema.

4.1.4 Papéis de trabalho da Auditoria Interna

Na execução da auditoria são verificados indicadores financeiros e as rotinas operacionais. Inicia-se com a pré-auditoria, fase em são confeccionados os papéis de trabalho, compostos pelos relatórios emitidos pelo software utilizado pela central e também e pela singular. Os papéis de trabalhos consistem nos seguintes relatórios:

- Relatório de auditoria do exercício anterior;
- Balancete de verificação;
- Empréstimos liberados no período;
- Empréstimos vencidos no período;
- Maiores aplicadores;
- Maiores devedores;
- Limite da Basiléia;
- Sócios admitidos no período;
- Relação de colaboradores;
- Relatório de percentual de devolução de cheques;
- Conta contábil de bens não uso;
- Evolução de receitas e despesas;
- Matriz de gestão;
- Planejamento Comercial;
- Planejamento orçamentário;
- Movimento diário de disponibilidades;
- Livro tesouraria;
- Amostragens diversas.

Ainda contemplando os papéis de trabalho, junto ao relatório das inconformidades, estão todas as cópias da documentação onde as mesmas ocorrerem, tanto na fase da pré-auditoria como também na execução, reforçando a veracidade das anotações produzidas pelos auditores.

Os papéis de trabalho produzidos durante todo o processo da auditoria ficam arquivados na Central pelo prazo de 10 anos posterior ao término da auditoria. Já o

relatório, é impresso em duas vias na central, assinado pelo auditor responsável e pelo coordenador da área e enviado via correio para a singular por A.R. Ao receber a cooperativa deve coletar as assinaturas de todos os membros do conselho administrativo e fiscal, e dar ciência ao conhecimento dos apontamentos constantes no mesmo, deve manter uma cópia arquivada junto à cooperativa e a outra encaminhar de volta à central.

4.2 Aplicabilidades dos procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito

Atendendo ao segundo objetivo específico da pesquisa, que consiste em apresentar a aplicabilidade dos procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionados auditoria operacional, são evidenciadas os seguintes procedimentos conforme descritos abaixo.

4.2.1 Planejamento de Auditoria Interna

Cada singular tem a obrigação de ter no mínimo uma inspeção, de acordo com resolução emitida pelo órgão regulamentador, por isso as auditorias são planejadas no início de cada ano, nomeado como ano exercício. A responsabilidade do planejamento e execução é do auditor líder. Na auditoria *in loco* podem ocorrer casos em que seja necessário o deslocamento de mais de um auditor, porém a responsabilidade da revisão e fechamento da mesma é somente do líder da equipe de auditoria, cadastrado junto ao sistema de software de auditoria utilizado pela central via intranet.

A auditoria faz sua análise anual, sendo assim avalia a movimentação ocorrida durante geralmente os últimos 12 meses, utiliza-se como início do período auditado, o mês subsequente à última auditoria. Pode se estender até dois meses antes da data atual, devido o prazo que a contabilidade pede para fechamento de balanços.

Na questão de programação referente ao processo de auditoria, a singular é avisada via e-mail institucional, com antecedência de 10 dias, em que recebe a lista de documentos que devem ser apresentados no início da auditoria.

4.2.2 Seleção das amostragens de Auditoria

Respeitando as etapas da auditoria após a confecção do planejamento, com todos os documentos supracitados, direciona-se a seleção da amostragem, feita mediante avaliação da direção e auditor responsável e deve respeitar critérios que estabelecidos nas tabelas a seguir:

Tabela 1. Operações de crédito liberadas

Porte / Risco	Minimizado	Aceitável	Médio	Alto
Pequena	30	30	35	40
Média	30	35	40	45
Grande	30	40	50	50

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A tabela 1 evidencia o número de contratos analisados em cada situação levando em consideração o porte de ativos financeiros da singular no exercício analisado e também o risco da mesma atingido no último relatório de auditoria.

Tabela 2. Cartão de autógrafos do tomador e do avalista

Porte / Risco	Minimizado	Aceitável	Médio	Alto
Pequena	10%	15%	20%	30%
Média	10%	15%	20%	30%
Grande	10%	15%	20%	30%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Esta tabela 2 demonstra o percentual a ser auditado em relação à conferência dos cartões de autógrafos, referente ao percentual do montante de contratos constantes na tabela anterior.

Tabela 3. Comprovante documental para a renda e patrimônio do tomador

Porte - Risco	Minimizado	Aceitável	Médio	Alto
Pequena	10%	15%	20%	30%
Média	15%	20%	30%	40%
Grande	20%	30%	40%	40%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Este percentual será aplicado sobre o número de operações analisados constantes na tabela 1, de operações liberadas no período mediante verificação da documentação apresentada.

Tabela 4. Carteira de crédito vencida

Porte / Risco	Minimizado	Aceitável	Médio	Alto
Pequena	5	5	10	10
Média	10	10	15	20
Grande	10	15	20	20

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Esta tabela trata de créditos vencidos a mais de trinta dias, utilizando como base na amostragem o porte da cooperativa e também o risco atingido no último relatório de auditoria.

Tabela 5. Contas correntes abertas no período

Porte / Risco	Minimizado	Aceitável	Médio	Alto
Pequena	10	10	15	15
Média	10	15	15	20
Grande	15	15	20	20

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A tabela trata das aberturas de conta corrente no período auditado utilizando como base na amostragem o porte da cooperativa e também o risco atingido no último relatório de auditoria.

A auditoria trabalha com amostragens visto que há uma grande demanda de documentos produzidos no período auditado, buscando nas amostragens a escolha das operações que representam maior risco para a singular, como por exemplo, operações com altos valores concedidos.

4.2.3 Procedimentos de análise

Após a confecção das amostragens o próximo passo a ser feito são os procedimentos de análise, com critérios básicos exigidos via manuais. Nessa fase avalia-se parâmetros como, por exemplo, que toda a operação de liberação de crédito possua a assinatura do proponente e do avalista, assim como do seu cônjuge. Ainda são exigidas as consultas ao órgão de restrição de crédito (SERASA), para todos os envolvidos.

Outras questões a serem avaliadas é que todas as liberações devem pagar o IOF e o seguro prestamista, seguro este que funciona como garantia a dívida caso ocorra sinistro contra a vida do proponente. Se a modalidade do crédito concedido exigir, o proponente deverá apresentar comprovação da aplicação do recurso.

Ainda na liberação das operações, são exigidos critérios contidos em resoluções, tais como, que em toda cédula de crédito bancária liberada com valor acima de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), se faz necessário à apresentação de garantia real (exemplo imóvel), pelo formato de alienação fiduciária, penhor ou hipoteca. Ressaltando a necessidade do bem ofertado como garantia equivaler 130% do valor da operação, em virtude de que em uma futura execução judicial, for necessário arcar com custas processuais. Devendo ainda no caso de haver a garantia real, o auditor verificar se o mesmo encontra-se registrado junto ao cartório responsável, bem como junto ao Registro Geral de Imóveis.

São verificadas ainda as assinaturas, sendo solicitadas as amostragens dos cartões autógrafos, de acordo com a planilha citada acima, para que seja confrontada com a assinatura da operação. Caso a assinatura não corresponda a evidenciada junto à cédula de crédito bancária, a singular é comunicada e deve

chamar o proponente para que o mesmo vá até o cartorário fazer o reconhecimento de firma na operação a atualização de cartão autógrafo, nesse procedimento a singular é notificada.

Também são verificados os cadastros do tomador do crédito, verificando se a renda e o patrimônio descritos junto ao sistema são comprovados via documentos, como por exemplo, em relação ao patrimônio, terreno rural, imóveis, veículos, equipamento agrícola, gado de leite e de corte, entre outros.

Esse patrimônio é comprovado mediante apresentação de documentos comprovando posse em caso de veículos, já nos casos onde são equipamentos agrícolas são apresentados nota fiscal de aquisição, contrato de compra e venda e também projeto técnico, contendo as fotos do equipamento. Nos casos de gado, tanto de corte como de leite, são aceitos os relatórios utilizados na vacinação da aftosa anual exigido pela secretária da fazenda, onde consta todo o rebanho do sócio.

Deve o associado comprovar a posse dos referidos bens, ressaltando que o SCORE (nota de risco em caso de tomada de crédito) do associado analisa sua renda, seu patrimônio e seu endividamento junto ao sistema financeiro via SCR, sendo de suma importância um cadastro não conter inconformidades.

Outra questão a ser avaliada é que o banco central exige que seja verificada ainda a existência de grupos familiar-econômicos, que são caracterizados por duas pessoas que possuem dívida junto cuja renda dos dois é produzida de uma única atividade. Quando evidenciadas estas situações, é necessário provisionar o valor de 50% em relação ao montante da dívida total do grupo, impactando diretamente no resultado geral da cooperativa.

Em relação aos descontos concedidos nas operações ativas e também nas liquidadas, o auditor interno possui um relatório que lhe dá suporte. O mesmo é emitido pelo software, onde são descritos todos os descontos praticados pela singular no período em análise, devendo o responsável avaliar os descontos que causam perda de rentabilidade e evidenciar junto ao parecer da auditoria.

Sobre as operações de créditos vencidos no período a mais de trinta dias, são feitas as verificações validando a existência física da cédula, se a mesma encontra-se assinada pelos envolvidos, se as garantias possuem os devidos registros. Precisa avaliar também, se foram dados os encaminhamentos para a cobrança conforme

manual interno de recuperação de crédito, se o CPF foi registrado em pendência junto ao órgão de restrições (SERASA).

Dentro desse grupo ainda são verificados os bens não de uso da cooperativa (bens pegos em dação de pagamento), em que verifica-se o montante e lista-se os bens, analisando se o dossiê encontra-se completo com termo de dação de pagamento assinado pelo proponente e pelo responsável pela singular, se o preço praticado na dação foi no máximo 110% do valor de mercado, se o bem respeita o prazo máximo de permanência no balanço da singular sendo ele de seis meses para automóveis e equipamentos agrícolas, podendo o mesmo ser prorrogado por mais seis meses mediante aprovação do banco central e para imóveis o prazo é de um ano podendo ser prorrogado por mais um ano mediante autorização do órgão fiscalizador, ressaltando que se não acontecer a negociação nesse prazo o bem obrigatoriamente deve ir a leilão.

Ainda na inspeção de auditoria, são executadas outras tarefas contidas no checklist do auditor, como a conferência do saldo em numerários na disponibilidade da tesouraria da agência de atendimento, bem como o de cada caixa, verificação de assinaturas de toda a documentação contida na blocação (arquivo onde contém todos os documentos da movimentação diária de cada caixa). Ainda, sobre o caixa são verificados os relatórios de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, que é uma exigência do BACEN, procedimento realizado de maneira mensal.

São verificadas ainda as despesas efetuadas pela cooperativa que ficam arquivadas na blocação, as mesmas devem conter a razão social da singular juntamente com o CNPJ e a descrição da despesa, data, valor e ainda a assinatura do diretor que autorizou no verso da mesma, ressaltando que o documento deve ser fiscal.

Ainda no operacional são verificados os percentuais de cheques devolvidos considerando as alíneas 11 (cheque sem fundo, primeira apresentação), 12 (cheque sem fundo, segunda apresentação), 13 (conta corrente encerrada) e 21 (Cheque sustado ou revogado). Para a análise é emitido o relatório de todos os cheques compensados na singular em determinado período, e o montante de cheques devolvidos nas referidas alíneas, sendo que os mesmos não podem exceder o percentual de 4%, que é o máximo considerado adequado. Este regramento é interno decidido no PEP (planejamento estratégico participativo), que visa principalmente à proteção da marca desta central.

Por exigência do órgão regulamentador o BACEN, é verificado também aberturas de conta corrente no período conforme citado acima. Estas são escolhidas por critério de amostragem de acordo com o porte e risco da singular. Verifica-se as assinaturas do novo associado e do responsável pela singular, também toda a documentação do sócio e de seu cônjuge caso o mesmo tenha, comprovante de residência, certidão de estado civil, consulta de regularidade de CPF, comprovação de renda e de patrimônio. Caso sejam encontradas inconformidades é produzido um relatório citando estas inconformidades, em que o mesmo deverá ser assinado pelo diretor da singular e também pelo gerente fazendo parte o mesmo dos papéis de trabalho.

Ainda são solicitadas as Atas dos Conselhos Fiscais, Administrativos e da equipe interna, para avaliação se estão sendo lidos e verificados os seguintes aspectos: se há um diálogo entre ambos os conselhos, se as pessoas citadas nos cabeçalhos assinaram, dando veracidade a sua participação na reunião, se a ordem cronológica das páginas e datas encontram-se certas respeitando a periodicidade exigida e se houve a menção do relatório de auditoria anterior.

Na visita *in loco* são avaliados fatores de segurança bem como se a porta giratória está em perfeito estado de funcionamento, se as câmeras estão de acordo com o leiaute desenhado pela equipe de segurança da central, se existem portas ou janelas de acesso a área externa da cooperativa sem grades ou abertas durante o horário de atendimento, se possuem o cofre homologado e programado com equipamento de retardo de tempo, em caso de inconformidades a equipe de auditoria deve registrar as mesmas com retratos fotográficos, os quais devem ser impressos e arquivados juntos aos papéis de trabalho posterior ao término da inspeção.

Ao término da inspeção *in loco*, existe a prática de realizar-se uma reunião final, onde os profissionais auditores apresentam situações com grau de relevância maior na presença da equipe toda, a fim de repassar a todos a necessidade de aperfeiçoamento, havendo um *Quórum* mínimo que deve estar presente para a realização, que são de 5 conselheiros administrativos e 2 conselheiros fiscais. Não havendo os membros necessários, a reunião final não ocorre, nesses casos o Quórum terá que se deslocar até a central para a realização da mesma.

Os casos mais complexos identificados pela auditoria são encaminhados ao órgão máximo do setor que é o comitê de auditoria. Sendo composto pelo

coordenador da área, assessor da área, diretor da área e um membro do setor jurídico da central para encaminhamento do apontamento.

Quando por decisão do órgão superior da Central Cooperativa, a cobrança de plano de ação da singular é emitida para a cooperativa via ofício interno, onde a direção da singular deverá respondê-lo com as devidas providências a serem tomadas para a regularização das inconformidades.

Ainda, afim de prevenção da saúde operacional da singular, o relatório de auditoria é produzido com algumas recomendações para aperfeiçoamento de operações (fatos que a singular deve melhorar, mas que não tem grande impacto no setor operacional).

Sobre a preparação para atuação dos conselheiros fiscais na singular a auditoria trabalha em parceria com o órgão responsável pela formação de conselheiros e diretores atuantes no sistema pertencente a central, cabendo a ela a produção de um curso básico sobre a teoria e um curso preparatório para conhecimento operacional e confecção das atas.

4.3 Reflexos do resultado do trabalho da Auditoria Interna na tomada de decisões por parte dos gestores

Atendendo ao terceiro objetivo específico, que compreende evidenciar os reflexos do resultado do trabalho da Auditoria Interna na tomada de decisões por parte dos gestores. São descritos na sequência a utilização do relatório de auditoria, o qual é muito utilizado pela direção e equipe de gestores da central para a tomada de decisões, contendo no mesmo a situação de vários aspectos financeiros e principalmente operacionais. Demonstrando as rotinas apresentadas, dando ciência de fatos pertencentes a cada singular, evidenciando os riscos, potencializando a tomada de decisões dentro da singular. Possibilitando com que os mesmos foquem esforços para situações de maiores riscos ao patrimônio e ainda permite o aperfeiçoamento contínuo da sua equipe.

Em relação às situações apresentadas, o relatório auxilia no controle de risco da central para ações na cooperativa. Em casos extremos apresentados via relatório de auditoria, a central bloqueia o acesso a recursos oficiais da singular até que a mesma apresente um plano de ação para reversão e melhoria sobre o apontamento,

sendo liberado somente sobre uma nova análise com parecer favorável do setor de risco da referida central.

Ainda, em relação às situações da singular o relatório de auditoria interna apresenta o setor que mais demanda atenção por partes da direção, permitindo assim a mesma realize acompanhamento específico ao setor ou até mesmo ao colaborador responsável.

O nível de risco do relatório de auditoria é de grande valia, pois o mesmo quando atingido o risco alto em duas inspeções, é implantado um sistema de cogestão. Em que a central insere um colaborador que ficará responsável pela gestão da singular. Nesse momento é emitido um ofício afastando o conselheiro presidente da sua função, cabendo ao cogestor à tomada de decisões e também as responsabilidades legais. O diretor fica com direito a recebimento de somente uma diária onde o mesmo utiliza o dia para assinar todos os documentos produzidos no mês, estando descrito tal procedimento junto ao estatuto social de cada singular.

Ainda sobre a conclusão do trabalho dos auditores ao evidenciar inconformidades constantes ou sintomas de fraudes sobre procedimentos operacionais que prejudiquem a atuação ou saúde financeira da cooperativa por um ou mais colaboradores, o profissional auditor emite um parecer onde apresenta todas as evidências embasadas com os referidos papéis de trabalho com parecer favorável ao desligamento dos envolvidos, ressaltando que a decisão pelo afastamento ou não dos mesmos cabe à direção da singular.

Outro procedimento que merece atenção são apontamentos relacionados às alterações que aconteceram fora e dentro o período entre as auditorias, levando ao conhecimento de todos, segundo os mesmos a rotina faz com que as operações aconteçam de forma automática, sendo necessária a presença do profissional auditor para que auxilie nas correções.

Relembrando que é feita uma reunião final em que o auditor apresenta os apontamentos e também promove um breve debate, apontando ações a serem praticadas, com intuito de cessar ou diminuir os riscos.

4.4 Sínteses dos resultados obtidos

Mediante ao apresentado sobre a auditoria desta central, ressalta-se a importância da mesma frente à gestão de risco, deve-se reforçar que a auditoria faz as visitas *in loco* permitindo assim uma melhor análise e conhecimento do contexto em relação às evidências apresentadas.

Identificou-se que é de extrema importância a comunicação entre a área de auditoria e setor de gestão de risco, considerando que a gestão de risco serve para ajudar na redução dos pontos falhos emitindo alertas constantes sobre os principais apontamentos encontrados pela inspeção da auditoria, para que a cooperativa filiada a central trabalhe de maneira correta ainda no desenvolvimento das atividades. Já a auditoria tem como objetivo principal o levantamento de todos os pontos falhos produzidos dentro do período auditado, devendo haver a troca de informações para atuar de maneira conjunta frente às inconformidades apresentadas.

Ainda ressaltando sobre a importância do relatório de auditoria, todas as evidências citadas são cobradas plano de ação para a correção do apontamento, devendo ser descritos os procedimentos de correção e também de prevenção, bem como o funcionário responsável pelo acompanhamento, sendo a área de risco a responsável pelo acompanhamento e cumprimento do plano proposto em comum entre singular e central.

Com intuito de fortalecer a atuação da gestão de risco a auditoria analisa via amostragens os testes emitidos por cada um dos setores, em caso de inconformidades nos procedimentos ou nas respostas concedidas pela singular a mesma acaba pontuando no relatório de auditoria.

Pode-se dizer que o relatório de auditoria é de suma importância, pois o mesmo é enviado aos bancos para avaliação dos repasses de recursos, influenciando diretamente no limite concedido pelo mesmo para receber recursos como, por exemplo, o PRONAF.

Outro fator de grande importância, evidencia que a equipe de auditoria juntamente com a equipe de gestão de risco desenvolve cursos e fóruns para conselheiros fiscais e administrativos a fim de trocar informações e auxiliar no desenvolvimento de todos aperfeiçoando as rotinas e melhorando os resultados obtidos pelos mesmos, na tentativa de reduzir riscos ao capital da cooperativa.

Para aos colaboradores o relatório emitido pela equipe de auditoria, é um indicador que influencia sobre o percentual de ganho da equipe, no que se referente à PPR (Participação parcial do Resultado) quando a mesma apresentar sobras no final do exercício.

Fazendo uma breve comparação, entre esta pesquisa e os estudos anteriores, nota-se as conclusões deste trabalho vão de encontro às De Luca et al (2010), Hickmann (2011), Dantas (2012), Silva (2014) quando os mesmos relatam a importância da auditoria para as organizações. Além disso, prezam pela questão da transparência das informações, justificando que as empresas que possuem auditoria interna, fornecem informações mais sólidas para os gestores.

Já em relação à gestão de risco, os estudos referenciados por Goulart (2003), Camargo (2010), Fernandes et al. (2010), Coimbra (2011), Godoy et al. que as organizações financeiras estão buscando mecanismos para se adequar a todas as exigências pré-estabelecidas, embora por vezes precisa desembolsar valores para estabelecer um setor bem organizado na empresa. Mostra também o quanto a auditoria interna é importante para a tomada de decisão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com a presente monografia demonstrar a importância dos trabalhos da auditoria interna frente à gestão de risco, foram evidenciadas as rotinas e os conhecimentos adquiridos na especialização, a pesquisa foi fundamentada com um estudo de caso, em uma cooperativa de crédito, situada em no sudoeste do Paraná.

De maneira geral as cooperativas enfrentam muitos problemas diários como fraudes internas, exigências impostas pelos órgãos fiscalizadores e ainda o risco de crédito que tem sido eminente com a situação econômica apresentada no país, fazendo com que haja uma relação muito frequente entre a área de auditoria e também a gestão de risco. Para tanto, não basta simplesmente o conhecimento técnico, é necessário um monitoramento permanente sobre todos os aspectos da gestão administrativa via uma auditoria e gestão de riscos ágil que atenda as necessidades da central.

Em relação ao objetivo geral deste trabalho, foram definidos critérios para avaliação e acompanhamento dos resultados, chamados objetivos específicos. Em relação a isso, e respondendo ao primeiro objetivo específico descrito, buscou-se identificar e relatar os procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionada à auditoria operacional, os quais vão desde a definição da amostragem a ser efetuada, partindo para a definição dos papéis de trabalho e para o planejamento.

Em relação ao segundo objetivo, apresentar a aplicabilidade dos procedimentos de Auditoria Interna na Cooperativa de crédito relacionada à auditoria operacional, pode-se destacar o planejamento da auditoria é feito anualmente, faz-se as seleções das amostras, baseadas nas decisões tomadas pela diretoria, foi também evidenciado a verificação da documentação que compõe os contratos de fornecimento de crédito, pagamento de IOF nas operações, e vários outros fatores que são importantes para a adequação às normas de transparência.

No que se refere ao terceiro objetivo, evidenciar os reflexos do resultado do trabalho da Auditoria Interna na tomada de decisões por parte dos gestores, proporciona informações mais seguras, tornando a organização mais transparentes.

Objetivo geral deste trabalho se remete a demonstrar a importância da Auditoria Interna frente à Gestão de Riscos de uma Cooperativa de Crédito, mostrou através dos procedimentos adotados que é muito importante ter um setor de auditoria interna interligado com a gestão de riscos, tornando a gestão de risco mais eficiente. Faz-se importante também na questão que os relatórios, precisam ser confiáveis, pois são remetidos aos órgãos responsáveis e deles também depende a avaliação do banco central para a liberação de créditos. Além disso, é importante salientar que auditoria interna irá contribuir para gestão de risco da central com melhorias nos processos a fim de auxiliar os administradores a atingir os objetivos propostos com eficiência e eficácia.

Pode-se concluir que as cooperativas para enfrentar o cenário atual precisam optar por tomar decisão precisas perante os desafios, devem manter a integridade e alavancar os resultados com melhorias em procedimentos, com processos de planejamento em ambas as áreas descritas, focando sempre no interesse da gestão da central.

Outro fator a se ressaltar é que a auditoria interna é uma ferramenta importante para a gestão de risco, deve assegurar que os controles internos estão sendo executados de maneira correta, zelando pela a segurança do seu patrimônio e também o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos desenvolvidos.

Avaliando os resultados da pesquisa destaca-se que estes vão de encontro aos estudos anteriormente relacionados. Retrata que os processos de auditoria bem elaborados e monitorados, são de extrema importância para manter a organização dentro dos padrões seguros e transparentes que as exigências do banco central instituem, contribuindo para a solidez da empresa no mercado.

É importante salientar ainda que a evolução dos controles das áreas de risco e auditorias requerem desenvolvimento de procedimentos muitas vezes específicos de acordo com as necessidades de cada instituição, exigem capacitação e recursos para a aplicação destes. No entanto, quando aplicados e monitorados corretamente, os processos propiciam resultados satisfatórios á instituição, pois além de atender às exigências auxiliam na maximização dos lucros e na credibilidade da empresa frente ao mercado.

Outro fator a se destacar, com a totalidade de controles confiáveis, a instituição pode fornecer aos gestores informações imediatas e precisas na hora da

tomada de decisão, auxiliando no desenvolvimento da mesma, e minimizando os riscos, o que torna a auditoria um importante ferramenta para a gestão de risco.

6 REFERÊNCIAS

ATTIE, Willian. **Auditoria interna**. 2.ed. São Paulo: Atlas , 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3380/06**. Disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res_3380_v2_L.pdf acesso em 10/02/2017.

BRITO, Osias Santana. **Gestão de Risco**: Uma abordagem orientada a riscos operacionais. São Paulo: Saraiva, 2007.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografias, dissertação, tese. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CAMARGO, Paula Freire Iorio. **Gestão de Risco nas Instituições Financeiras**. Monografia. (Pós Graduação em Gestão em Instituições Financeiras. Univeridade Candido Mendes, Instituto a Vez do Mestre. Rio de Janeiro, 2010.

COIMBRA, Fabio. **Riscos operacionais: estrutura para gestão bancos**. São Paulo: Saint Paul, 2007.

COIMBRA, Fábio Claro. **Estrutura de Governança Corporativa e Gestão de Riscos**: um estudo de caso no setor financeiro. Tese Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDDE. **Resolução CFC nº 986/03**. Disponível em http://www.crc.org.br/legislacao/normas_tec/pdf/normas_tec_rescfc0986_2002.pdf. Acesso em 10/03/2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CORDEIRO, Claudio Marcelo Rodrigues. **Auditoria Interna e Operacional**. São Paulo: Atlas, 2013.

DANTAS, José Alves. **Auditoria em Instituições Financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro.** Tese. (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Brasília-DF, 2012.

DE LUCA, Marcia Martins Mendes, et al. Os Mecanismos de Auditoria Evidenciados pelas Empresas Listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e no Novo Mercado da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 101-130, jan./mar. 2010. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/817-2496-1-PB.pdf>. Acesso em 12/03/2017.

FERNANDES, Francisco Carlos, et al. Uma visão atual do processo de controle e Gerenciamento de Riscos Operacionais nos 10 maiores bancos brasileiros. **RIC - Revista de Informação Contábil** - ISSN 1982-3967 - Vol. 4, no 2, p. 1-20, Abr-Jun/2010. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7892-15121-1-PB.pdf>. Acesso em 12/03/2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por instituições financeiras no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

GODOY, Max Bianchi, et al. Análise do processo de gestão de riscos operacionais em uma instituição financeira. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 8, n. 10, p. 101-123, jul./dez. 2011 Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/96-391-1-PB.pdf>. Acesso em 12/03/2017.

HERNANDEZ, Perez Junior José, **Demonstrações contábeis: normas e procedimentos.** 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

HICKMANN, Thomás. **Auditoria interna e Controles internos nas instituições financeiras.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas 2011.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria**: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2011.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Curso básico de auditoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Livia Machado de. **Auditoria Interna para a Gestão das Cooperativas de Crédito Mútuo – UNICRED**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Porto Alegre, 2014.

RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estagiários, trabalho de conclusão, dissertação e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Cintia Cristina dos. **A auditoria Interna Numa Instituição Financeira**. Monografia. (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.